

Nova Friburgo-RJ, 02 de Julho de 2025.

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE APERIBÉ/RJ
PREGÃO ELETRÔNICO 009/2025.

Assunto: Questionamento

Como é de conhecimento, a elaboração do edital subordina-se a regras vinculantes previstas em lei, somadas ao exercício de escolhas discricionárias da Administração Pública. Assim, todas as vezes que analisamos um edital, podemos nos deparar com vícios tanto de natureza vinculada como de natureza discricionária.

Após análise do edital, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO 009/2025, apresentamos questionamento acerca dos seguintes itens:

Questionamento 1

O edital prevê a adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) como forma de contratação, no entanto, o objeto em análise — que envolve cessão de direito de uso de sistema informatizado — apresenta natureza incompatível com o SRP, por se tratar de solução integrada, interdependente e com escopo de execução continuada.

A jurisprudência do Tribunal de Contas da União é firme no sentido de que o sistema de registro de preços somente deve ser adotado para contratação de serviços contínuos nas hipóteses autorizadoras e com expressa justificativa da circunstância ensejadora do registro (art. 3º do Decreto 7.892/2013).

Acórdão 3092/2014 – Plenário

O sistema de registro de preços somente deve ser adotado para contratação de serviços contínuos nas hipóteses autorizadoras e com expressa justificativa da circunstância ensejadora do registro (art. 3º do Decreto 7.892/2013).

Acórdão 1604/2017 – Plenário

Enunciado I

É lícita a utilização do sistema de registro de preços para contratação de serviços contínuos, desde que configurada uma das hipóteses delineadas no art. 3º do Decreto 7.892/2013, nas quais não se compreende a simples possibilidade de aumento futuro da demanda pelos serviços.

Enunciado II

A utilização do sistema de registro de preços para contratação imediata de serviços continuados e específicos, com quantitativos certos e determinados, sem que haja parcelamento de entregas do objeto, viola o art. 3º do Decreto 7.892/2013.

Dessa forma, requer-se a reconsideração da modalidade adotada, sob pena de configurar vício no instrumento convocatório.

Questionamento 2

O edital prevê expressamente que a empresa contratada será responsável pela customização (desenvolvimento de novas funcionalidades), bem como, pela hospedagem dos sistemas em Data Center, considerando que os módulos de software contratados serão disponibilizados via ambiente web. No entanto, não há indicação de valores estimados para tais serviços, o que pode comprometer a formulação adequada da proposta de preços

Tal omissão compromete a adequada formulação das propostas, dificultando a avaliação comparativa entre os licitantes e prejudicando a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Diante disso, solicitamos esclarecimentos quanto à previsão orçamentária e estimativa de preços para os serviços de customização e hospedagem, a fim de garantir o tratamento isonômico e a adequada formação de preços pelas licitantes.

Questionamento 3

Verificamos, ainda, inconsistência entre os prazos de implantação dos sistemas:

Item 6 do Termo de Referência: até 90 dias corridos

Item 12 do mesmo documento: até 180 dias corridos

Item 9 – Obrigações da Contratada: prazo de 90 dias com base em cronograma anexo (anexo não localizado no edital)

Considerando a divergência identificada nos prazos previstos para implantação do sistema, entende-se que deve prevalecer o prazo de 90 (noventa) dias corridos, conforme estabelecido no item 6 do Termo de Referência, por se tratar do prazo mais coerente com a complexidade do objeto e com as obrigações descritas.

Ademais, solicitamos a disponibilização do cronograma de execução mencionado no item 9, o qual configura anexo essencial para a adequada compreensão das etapas de implantação e para o cumprimento tempestivo das obrigações assumidas pela contratada.

Questionamento 4

Quanto ao datacenter a ser contratado, observamos a seguinte exigência no edital:

1. A hospedagem do sistema deverá ser em data center estabelecido em território brasileiro (...)

É importante ressaltar que a hospedagem do sistema em datacenter localizado em território internacional não compromete, de forma alguma, a qualidade dos serviços a serem prestados. Isso ocorre porque os datacenters internacionais que atendem a critérios de alta segurança e confiabilidade possuem as mesmas certificações que aqueles estabelecidos no Brasil, garantindo a conformidade com os padrões exigidos para segurança física e tecnológica.

Esses centros de dados internacionais frequentemente possuem certificações globais reconhecidas, como ISO 27001 (gestão da segurança da informação), SOC 2 (controles de segurança e privacidade), e PCI-DSS (segurança em transações de pagamentos), que asseguram a proteção dos dados e a continuidade dos serviços de maneira equivalente aos centros de dados brasileiros.

Além disso, a alta disponibilidade, tolerância a falhas e recuperação de dados exigidas pelo edital podem ser igualmente garantidas em data centers internacionais, que frequentemente são projetados com múltiplas redundâncias e localizações geograficamente distribuídas. Isso, inclusive, pode melhorar a performance e resiliência do sistema, oferecendo melhores opções de balanceamento de carga e proteção contra incidentes imprevistos, sem qualquer risco adicional para a operação do Município.

A alocação do sistema em um datacenter internacional pode, inclusive, trazer benefícios adicionais, como escalabilidade, flexibilidade e redução de custos operacionais, sem prejudicar a conformidade com as exigências do edital, desde que o datacenter selecionado esteja devidamente certificado e atenda a todos os padrões internacionais de segurança, confiabilidade e performance.

Portanto, a utilização de datacenters internacionais, com a devida certificação e conformidade técnica, é uma alternativa perfeitamente viável e alinhada com os critérios exigidos no edital, sem que haja qualquer comprometimento da qualidade ou segurança do serviço oferecido ao Município e seus usuários.

Diante do exposto, questiona-se se, à luz da justificativa apresentada, o edital será retificado para permitir expressamente a utilização de datacenters localizados no exterior, desde que devidamente certificados e em conformidade com os requisitos de segurança, disponibilidade e desempenho exigidos.

Na oportunidade, colocamo-nos à disposição para o esclarecimento de quaisquer dúvidas adicionais.

Dados para contato:
Telefone: 22- 2522-9360
e-mail: sapitur@gmail.com.br

Luiz Gonzaga Gomes Dercy
Sócio
Sapitur Sistemas de Administração Pública, Informática e Turismo LTDA